

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às dez horas, no Salão Nobre do Palácio do Buriti, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 22ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: Ordem do dia: 1 - Atualização das ações de enfrentamento da crise hídrica e informações sobre o monitoramento dos níveis dos reservatórios. 2 - Aprovação de Atas: a) Aprovação e assinatura da Ata da 21ª Reunião Ordinária; b) Aprovação e assinatura das Atas da 24ª e da 25ª Reunião Extraordinária. 3 - Apresentação da ADASA sobre a composição e objetivos da Câmara Técnica do Sistema de Informação dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. 4 - Informes. 5 - Outros. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes: excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): MARIA SILVIA ROSSI (SEMA), SÉRGIO AUGUSTO DE MENDONÇA RIBEIRO (SEMA), DIEGO BERGAMASCHI (SINESP), JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM), VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); MAURÍCIO LUDUVICE (CAESB), MARIA DO CARMO MAGAHÃES CÉZAR (CAESB), JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VILELA (CEB), MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO (IBAMA), JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK LIMA (EMBRAPA); GENÉSIO ANTÔNIO MULLER (SRDF), ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO (FIBRA/DF), ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA/DF), TEREZIINHA LIMA (ÚNICA/DF), ROGER BENAC (FECOMERCIO), GUTEMBERG UCHÔA DE ARAÚJO JÚNIOR (FECOMERCIO), DELSON DA COSTA MATOS (CBH/MA), WILLIAN MARCELINO COELHO (CBH/MA), GENÉSIO ANTÔNIO MULLER (CBH/MA), CONCEIÇÃO DE MARIA ALBUQUERQUE ALVES (ABRH), LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (ABES), MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES), SERGIO KOID (UnB), MARCELO GONÇALVES RESENDE (UCB) e REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (Fórum de ONGs). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados: Carlos Juliano Ribeiro Nardes (OAB/DF), Júlio Gregório Filho (SES), Lauana de Queiroz Silva (SEAGRI), Luciana Vipardo de Freitas Figueras (OAB/DF). O **presidente** agradeceu a presença de todos e justificou o adiamento da reunião do dia 08/03 para o dia 10/03 para que fosse realizada no Palácio do Buriti, com a presença do excelentíssimo senhor governador Rodrigo Rollember e do Secretário de Estado da Casa Civil Sérgio Sampaio. Ressaltou que na reunião anterior ocorrida na OAB já aconteceram apresentações de órgãos do governo acerca do que estava sendo feito com relação à situação de crise hídrica. Que durante todo mês de fevereiro o governo se organizou, sob a coordenação do escritório de projetos, que é uma unidade vinculada à Casa Civil e sob a coordenação da Raquel que conduzem os projetos prioritários do gabinete do governador. Este escritório de projeto conduziu e coordenou uma sistematização do plano de ação para enfrentamento da crise hídrica, que foi inclusive uma recomendação também desse Conselho de Recursos Hídricos e de outros dirigentes do governo. E como este plano ficou pronto é muito importante que ele pudesse ser apresentado neste conselho. A seguir deu por aberta a 22ª reunião ordinária do CRH-DF, procedendo com o item 2 da pauta. Não houve nenhum comentário ou ajuste nas Atas, as quais foram aprovadas por unanimidade e assinadas nesta reunião. Prosseguiu com o item 3 da pauta. O Coordenador de Informações Hidrológicas da Superintendência de Recursos Hídricos, Sr. Welber Ferreira Alves, proferiu a apresentação: Análise dos Recursos Hídricos do DF, com os seguintes tópicos: Distribuição

de Chuvas Setembro-Fevereiro (2016-2017); pluviosidade; Chuvas na Barragem do Descoberto por ano hidrológico; Histórico do Volume Útil do Reservatório do Descoberto em 30/12 (1987-2016); Percentual de volume útil mensal observado no Reservatório do Descoberto ao longo do período entre 2006 e 2016; Histórico de Contribuições em Hectômetros/mês de todos os afluentes mais área não monitorada; Captação média para agricultura (Chapadinha Aviário); Vazão média anual do Reservatório do Descoberto; Cenários para Volume Útil do Reservatório do Descoberto – Vazões de 2016. Reservatório de Santa Maria: Histórico do Volume Útil do Reservatório de Santa Maria (2006-2016); Histórico do volume percentual do Reservatório de Santa Maria em Setembro (final do período seco) e Março (final do período chuvoso); Histórico de Chuvas por ano Hidrológico; Vazões dos totais de entrada no Reservatório; Variação mensal de Captação do Sistema Torto-Santa Maria 2016; Comparativo de Vazão Média Anual dos Reservatórios Descoberto, Santa Maria e Torto; Cenários para o Volume Útil do Reservatório de Santa Maria; Crescimento populacional por Sistema de Abastecimento (2000/2015). Apresentou as seguintes Resoluções da ADASA: Nº 15, de 16/09/2016 – Declara Situação Crítica de Escassez Hídrica nos Reservatórios do Descoberto e de Santa Maria. Nº 16, de 21/09/2016 - Declara estado de restrição de uso dos recursos hídricos e o regime de restrição do abastecimento de água para Regiões Administrativas do DF. Nº 17, de 07/10/2016 - Estabelece a Tarifa de Contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do Distrito Federal, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, em virtude de situação crítica de escassez hídrica e dá outras providências. Nº 18, de 27/10/2016 - Restrição de horário para captação de água por meio de caminhões-pipa. Nº 19, de 27/10/2016 - Reduz a vazão outorgada aos usuários de água subterrânea e recomenda medidas de uso racional da água aos estabelecimentos de lava-jato e postos de combustíveis do Distrito Federal. Nº 20, de 07/11/2016 - Declara o estado de restrição de uso dos recursos hídricos, estabelece o regime de racionamento do serviço de abastecimento de água nas localidades atendidas pelos reservatórios do Descoberto e Santa Maria. Resolução Conjunta ADASA/SECIMA-GO/ANA n. 01, de 06 de março de 2017 - Estabelecer o Volume Meta com possibilidade de redução de captação de águas superficiais e subterrâneas para fins de irrigação e piscicultura, na bacia hidrográfica a montante do Reservatório do Descoberto, inclusive. Nº 01, de 15 de fevereiro de 2017, que limita a vazão média mensal captada pela CAESB no Reservatório do Descoberto. Nº 02, de 15 de fevereiro de 2017, que limita a vazão média mensal captada pela CAESB no Reservatório de Santa Maria. A seguir apresentou o mapeamento e o georeferenciamento dos usos regulares para auxiliar na identificação de usos não regulares; a avaliação dos impactos nos cortes de vazões outorgadas de forma a verificar os ganhos de vazão na entrada no reservatório; as ações de fiscalização: usuários outorgados e não outorgados; a revitalização de canais de irrigação; parceria com órgãos de fiscalização. A seguir o presidente do conselho abriu para considerações. A Senhora **Luciana** da Comissão de Meio Ambiente da **OAB/DF** perguntou o porquê de não investir em reuso de água? Se vamos proibir o uso de águas nobres para fins secundários, por que não o reuso. O Conselheiro **Gutemberg (FECOMERCIO)** lembrou que além dos problemas emergenciais que estão sendo colocados por todas as instituições deste Conselho são necessárias ações estruturantes de médio e longo prazo de investimento em tecnologia, inclusive, para evitar os desperdícios existentes, já constatados e apresentados nas reuniões anteriores. É claro, e foi dito também na reunião passada, que a forma como conhecemos hoje de abastecimento e distribuição bem como os regimes de chuvas eles podem mudar e isso impõe que também mudanças de paradigmas. Ressaltou que é necessário que esse conselho tenha a clareza de que, embora esteja cumprindo seu papel e fazendo um esforço extraordinário e tem sido muito atuante, é importante também que nessa pauta esteja contemplada perspectivas de ações estruturantes na melhoria da tecnologia. Elogiou o trabalho que vem sendo realizado e conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente e sugeriu

que nas próximas pautas do conselho também se tenha essa percepção da necessidade de estruturar ações de médio e longo prazo, estruturantes, para contemplar um abastecimento perene. O Conselheiro **Montenegro (ABES)** ressaltou dois aspectos: primeiro quanto à questão de reuso dizendo que provavelmente não há uma percepção clara, mas Brasília está se preparando para dar exemplo de reuso para o país inteiro e provavelmente para outros países do mundo. Que a captação de água prevista do Lago Paranoá é um dos exemplos mais radicais de reuso de água no país porque o lago recebe esgoto tratado das duas estações de tratamento e mais o esgoto do Riacho Fundo. Há condições de uso da água do lago com base, inclusive, na segurança de estudo realizado pela UnB para o tratamento de água. E isso se chama reuso de água. Às vezes a gente pensa que reuso é só aquele que vem a ocorrer quando se isola a água usada numa edificação e trata-se essa água na própria edificação e se reutiliza dessa água na própria edificação. Quando regamos, por exemplo, os canteiros do eixo monumental com a água do Lago estamos fazendo o reuso de água. E tratar água apenas para reuso tem um risco grande, essa água em geral, quando é usada para reuso, é usada para reuso em aplicações industriais coisa que não é a grande característica do Distrito Federal. A aplicação de reuso na agricultura também é uma questão que tem que se ver porque essa água tem que ser mais competitiva do que a água que está no rio e a estação de tratamento de esgoto tem que ser perto do local onde se vai usar a água para agricultura, portanto, não é uma coisa elementar. Utilizar água de reuso em prédios residenciais tem um risco sanitário altíssimo, em geral é uma coisa condenada pela Organização Mundial da Saúde. Em vários países do mundo para ter água de reuso é preciso ter, por exemplo num shopping, um engenheiro especialista responsável por isso o tempo inteiro presente, um responsável técnico. Então precisamos tomar cuidado temos que avançar sem dúvida nessa perspectiva, mas com a segurança sanitária que é fundamental. Segundo aspecto: é a questão de que uma das opções que considerada em debate realizado entre associados da ABES para o abastecimento do Distrito Federal é o Corumbá IV, mas a água do Corumbá IV quando estiver disponível ela vai chegar ao DF num custo caríssimo por ser longe e numa posição de desnível muito grande. Essa obra não era prevista nos planos diretores de abastecimento da CAESB. O Conselheiro **Maurício Luduvic (CAESB)**. Salientou que o que vai se fazer no lago é reuso de água, reuso indireto que o mais recomendável. Com relação aos investimentos, respondendo ao Conselheiro da Fecomercio, os investimentos para garantir a segurança do Distrito Federal estão sendo feito, desde 2015, e de maneira acelerada. Essas obras elas têm um tempo de maturação infelizmente, enquanto estávamos fazendo essas obras, deparamos nessa situação de crise hídrica por conta de ausência de chuvas. Mas em 2015 pegamos as obras de Corumbá IV que está paralisada, obra pública paralisada é a pior obra de tem e retomamos a execução dessas obras e elas estão em andamento e estarão em operação em 2018, até porque a SANEAGO está resolvendo os problemas que ela teve. Com relação às outras obras a do Bananal já está também em execução, que era outra que estava com o projeto parado. A CAESB já tinha um planejamento e um tripé para obras de abastecimento e execução de obras estruturantes: Corumbá, o Paranoá e o Bananal. Agora com relação ao Corumbá foi feita a licitação demorou um ano e pouco numa crise dessa inclusive porque temos a competição foi muito grande, denúncias e questionamento junto ao Tribunal de Contas por empresas licitantes e quando a licitação ficou pronta o recurso que estava com a AGU não existia. Hoje não tem recurso Federal para AGU. O que foi indicado é que aproveitasse para fazer um recurso via FGTS e todo esse material da CAESB está sendo submetido a Caixa Econômica para avaliar a condição de risco da CAESB para poder contrair o empréstimo para fazer a execução do Paranoá. Com esses três sistemas em operação vamos ter a garantia de água para 2050, estamos tendo problema agora de forma emergencial, mas as obras estruturantes já estavam sendo feitas, e se tivessem sido feitas em 2010 a 2013 não estaríamos passando por isso agora. O problema é que não fizeram e nós pegamos para fazer e é isso que está acontecendo. A Conselheira **Regina Fittipaldi (FORUM ONGs)** Lembrou a

todos que não estão falando de uma problemática humana, mas de uma problemática do elemento água. Estamos falando de como vamos lidar, como vamos implementar novos olhares de gestões na nossa relação com elemento água. Isso é muito importante isso muda muito o foco porque se continuarmos olhando para o próprio umbigo olhando só para as problemáticas de desafios humanas não vamos resolver o problema da escassez hídrica nem o problema de contaminação de mananciais, porque o ser humano não é gerador de água. A terra levou 4 bilhões de anos para criar um sistema integrado onde a água surge como elemento integrador e mantenedor da vida. Para nós que estamos aqui sentados é a nossa origem é a nossa memória. Todos nós nascemos de úteros de mães dento da água. Então não se trata apenas de olharmos a problemática da água sobre o ponto de vista do que vamos fazer para satisfazer os seres humanos, porque assim vamos continuar olhando a água do ponto de vista da quantidade e temos que olhar a água do ponto de vista também da qualidade. Não nos interessa tem bilhões de litros de água e olhar como olhamos para os oceanos e não podemos beber, não podemos dar para os nossos filhos, não podemos cozinhar. Trata-se sim de aproveitarmos essa crise para revisitarmos as nossas bases de relacionamento com a água e isso é uma questão que não diz respeito a Brasília e ao Brasil, diz respeito ao mundo inteiro. Os profissionais do mundo inteiro estão se debruçando sobre essa questão porque estão vendo de fato que levamos a nossa relação a água ao nível que água está sumindo, porque se trata das bases das relações humanas gerando impactos absurdos sobre a terra e assim comprometendo o Sagrado elemento água. Agora na máxima de pensar global e agir local na qualidade de sociedade civil nos gera profundo incômodo e aqui trago como conselheira ver como que, com base nos dados que a ADASA e CAESB tem nos apresentado ao longo dos anos e que temos acompanhado, como sociedade civil tenho procurado trazer nossa contribuição, nosso olhar como sociedade civil, porque os governos passam mas a cidadania fica e me causa muita espécime ver ao longo desses anos o CRH tendo analisado questões de ocupação de uso de solo, como Vargem da Benção sabendo que temos essas prospecções e não analisarmos a questão do uso da água sistemicamente. É preciso e nesse momento queria falar para Maria Sílvia da importância do ZEE nesse momento para Brasília e de que forma e como é importante que nós cidadãos da cidade, para além dos interesses de governo, possamos pensar sistemicamente o uso do solo urbano, porque nós temos nessa cidade assistido degradação de áreas, destruição de bioma cerrado para ocupação para interesses econômicos meramente. Agora vamos dar um passo na direção de olharmos o aspecto econômico e ecológico. Isso é um casamento indissociável para um futuro sustentável para Brasília. Esse olhar sistêmico ele contempla não só a questão que temos observado do uso da água para agricultura, mas também no espaço urbano, nos novos parcelamentos, nas novas ocupações. É preciso que Brasília dê lição para o Brasil não apenas no âmbito da gestão da água, pontualmente da água, mas também na gestão sistêmica da água. Por exemplo: nós sabemos que o cerrado levou bilhões de anos para estabelecer uma relação clima, água e vegetação. É um triângulo, dialético, permanente. Por exemplo, em relação a isso, a questão da preservação das unidades de conservação são projetos que a sociedade civil precisa apoiar e exigir que haja mais transparência nas informações em relação a situação das águas do DF. Aos propósitos de ocupação e uso do solo do DF, mas agora com o ZEE vamos ter também a questão da LUOS, que é um detalhe que não pode preceder, e nós da sociedade civil temos dito isso, à visão macro das coisas. Existe uma cronologia que precisa ser honrada. Olhando para os governos anteriores me pergunto à questão da responsabilidade civil, porque como cidadão estamos sendo penalizados do ponto de vista da qualidade da nossa vida e também nos nossos bolsos e estamos vendo ameaçadas as perspectivas e os nossos projetos para gerações futuras. Gostaria de saber de que forma, OAB, a sociedade civil pode se proteger um pouco dessa omissão dos governos passados. E de que forma a sociedade civil, por exemplo, pode solicitar que os governos apresentem a sociedade uma prospecção de orçamento, como por exemplo, para aplicação do projeto recupera cerrado. Não adianta pensar em colocar água

no DF só pensando em chuva. Temos que ter um desenho e nós temos construído esse desenho. O projeto recupera cerrado é um, o projeto de parques é outro, a da criação das unidades de conservação. Agora isso não pode ser só uma assinatura ou uma portaria de um decreto. Como sociedade civil gostaria de manifestar essa perplexidade porque, de fato, a sociedade civil não teve elementos para avaliar no cenário que se desenvolvia e se prospectava para iniciativas de geração de emprego, de renda imobiliária, esse cenário em relação aos recursos hídricos. Agradeceu a oportunidade de estar se expressando da pela sociedade civil e ao mesmo tempo solicitar, que a crise desta crise André, seja colocada de fato, por parte do governo, o mecanismo de transparecer essas relações entre uso e ocupação de solo a partir de projetos de expansão urbana, de mobilidade urbana e a questão do abastecimento da cidade e da gestão dos esgotos e dos resíduos sólidos. Posteriormente a Sr^a **Luciana (OAB/DF)** se reportou novamente a questão de reuso dizendo que é louvável o reuso que é feito hoje, especificamente, em Brasília, característico em Brasília, exemplo para todo o Brasil, mas quando se reporta ao reuso, e deixou claro que sua expertise na área de reuso ineficiência energética vem de São Paulo e do Rio de Janeiro. São Paulo hoje estimula muitíssimo o reuso, e com segurança, em novas edificações inclusive com incentivo público tributário e fiscal. É importante deixa ressaltado que se todos os esforços que estão sendo feitos até hoje não foram suficientes, temos que ir em frente. Em relação à questão da OAB estamos tomando medidas judiciais para que seja dada transparência as tarifas de contingências, para onde está indo esse dinheiro e como serão aplicados. Após as considerações dos conselheiros o **presidente** do conselho fez os seguintes informes: a) Reforçou o convite para a audiência pública do Zoneamento Ecológico Econômico no dia 11/03, às 09h00 no CREA/DF. Ressaltou ser um assunto que tem total relação com a discursão de hoje; b) Informou que elaborou um extrato de todos os debates que aconteceram no CRH a partir do segundo semestre de 2016, uma síntese de tudo que foi debatido ao longo desses sete meses e ao longo das recomendações. O relato foi encaminhado a todos os conselheiros hoje pela manhã. Esse assunto da crise hídrica vem sendo pautado, praticamente, em todas as plenárias e debatido com muitas recomendações. Disse que a princípio a ideia, sugerida na reunião anterior, era que isso se transformasse numa moção do CRH para a população, mas que achou mais conveniente deixá-lo como relatório e distribuir aos conselheiros deixando a critério do plenário, se houver a necessidade, a decisão de fazer uma moção. Salientou que o relatório é de iniciativa do presidente do CRH para os conselheiros, ele tem um conjunto de recomendações que foram debatidas e apresentadas nesse conselho; c) Atendendo uma recomendação feita por este conselho alguns conselheiros estiveram em Goiás conversando com o Secretário de Meio Ambiente, Sr. Vilmar Rocha e a secretária Jaqueline a respeito de ações conjuntas, sobretudo, para a bacia do Descoberto. Na ocasião houve um compromisso por parte do Governo de Goiás, inclusive, da Prefeitura de Águas Lindas/Goiás de reverter uma lei municipal que declara àquela área do parque estadual do Descoberto como área urbana e retomar a natureza jurídica para área rural, o que viabiliza a implementação do Parque Estadual, que é uma área importante de quase 2.000 hectares de lado Goiano, a beira do reservatório do Descoberto. Além de a gente definir junto com o ICMBIO que ali também é a APA do Descoberto, junto com a Secretaria de Meio Ambiente do Goiás e junto com a Política Ambiental do Goiás se estabelecendo um plano de fiscalização mais robusto e mais permanente na ocupação do solo naquela região. Em abril haverá uma nova reunião em 12/04 em Águas Lindas de Goiás e manteve aberto o convite aos conselheiros do CRH para participar dessa agenda de interlocução com o estado de Goiás. A seguir o presidente informou que a ADASA pediu a retirada do item 3 de pauta considerando que ainda encontra-se em fase de estudo a composição e objetivos da Câmara Técnica do Sistema de Informação dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. A seguiu o **presidente** passou a palavra ao Conselheiro **Genésio (CBH-Preto)**. Ele disse que se fala muito e injustamente sobre o uso da água do produtor; que o produtor é o que mais está conservando a

água; que nesse plano apresentado o produtor está sendo esquecido pois futuramente vão precisar de barramentos grandes para segurar a água. Citou que em Israel, onde as chuvas são de 150 milímetros por ano tem a segunda economia em alimentos, irrigadas com reaproveitamento de água de esgoto. Em qualquer lugar a água da chuva tem as barragens no meio das lavouras das propriedades rurais para reter a água e irrigar. Nada disso está sendo feito aqui. Questionou, ainda, o que está sendo feito pelas nascentes do DF, todas contaminadas por lixo da cidade. Se existe uma lei que determina os 30 metros de reserva da nascente porque não retirar as casas que estão dentro dela. Ressaltou que já denunciou, na reunião do conselho, áreas de Buritis e de Nascente de água em Planaltina aterrados e até o momento nada foi feito. Não está sendo feito praticamente nada nesse sentido de manter as águas. Disse que no ano passado tiveram dificuldade de água na região, os produtores se moveram, reuniram e fizeram irrigação e conseguiram produzir alimentos para vocês. Agora nessa crise vem dizer que o produtor é o vilão. Falou da necessidade de mudar a ideia de pessoas, sem conhecimento de causa do que está acontecendo. Finalizou pedindo ao Secretário e as autoridades que tomem providências e consciências do que está acontecendo. Manifestou se contra algumas mudanças proposta no ZEE e alegou que os produtores não foram consultados e dizem que a sociedade concorda, mas discordamos totalmente com as atitudes que estão acontecendo. Citou, por exemplo, a proibição de passar com agrotóxicos pela ponte do Descoberto e como vamos produzir alimentos? A seguir o **presidente** esclareceu que tudo que ele tem recebido de denúncia inclusive, pelas vias “privadas” foram encaminhado seja a AGEFIS, seja ao IBRAM, tem encaminhado e cobrado resultado. Solicitou ao Senhor Genésio que encaminhasse formalmente a SEMA sua denúncia referente aos buritis de Planaltina para que ele possa dar prosseguimento ao fato. Em relação ao ZEE salientou ser muito bom que se coloque neste momento, seja contrário, ou seja, favorável ao zoneamento porque a gente vem debatendo a mais de dois anos, muita gente participando e aos 48 minutos do segundo tempo aparecem aqueles, que depois de ter participado muito dos debates, são contra. Mas é legítimo. Ressaltou a todos os que são contra, parcialmente contra, parcialmente favorável, os totalmente favoráveis que ainda é tempo de melhorar o ZEE a audiência pública de amanhã é um momento importantíssimo para isso, mas também não será o único. Inclusive acho importante deixar registrado em ATA, que dentro do próprio governo existe ainda algumas resistências algumas partidas dentro do próprio governo ainda tem algumas resistências em relação partes do zoneamento. Disse que ainda haverá reuniões e que existe uma agenda interna do governo no Comitê Político do ZEE, que foi criado para buscar essa sintonia e afinação sem desvirtuar a essência do ZEE. Deixou registrado o pedido que mesmo aqueles que são cem por cento contra que se apresentem, inclusive aqueles que são contra não por estar preocupados com os recursos hídricos no Distrito Federal, mas por interesses corporativos, interesses que não se apresentam à luz do sol. Fez o chamado a todos que se apresentem amanhã na audiência pública e façam esses questionamentos, porque aqueles que forem legítimos, consistentes e direcionados ao interesse público certamente que vocês terão muitos defensores dentro e fora do governo. Com relação ao Cerrado disse está preste de ser publicado o edital para investimento, na ordem de dez milhões de reais para o Programa Recupera Cerrado no DF, com foco na bacia do Descoberto, mas não somente. O projeto piloto foi criado por Decreto no dia 11 de setembro no dia do Cerrado. O projeto vem sendo desenhado há um ano e meio para quebrar um tabu em cima dos modelos de restauro florestal que não tem funcionado no DF, são milhões de reais investidos, que não tem gerado resultado e muito poucos falam isso. Após a Conselheira e presidente do **Ibram, Jane Villas Bôas**, disse não ter conhecimento da denúncia feita pelo Sr. Genésio, mas tomando conhecimento nesse momento se comprometeu diante do conselho que será levado a Superintendência de Fiscalização e que eles irão procurar o Sr. Genésio para adquirir a localização do local da infração. Posteriormente o Conselheiro **José Guilherme (SEAGRI)** corroborou com a abordagem da Conselheira Regina no sentido de não pensar só na questão

do uso da água, mas no ciclo todo, pois temos que ter um olhar muito forte na crise e esse olhar tem ser mais acentuado, mas com efetividade na questão da produção de água e seu melhor aproveitamento. Acredita que para a área rural existem propostas para melhor aproveitamento da água nos sistemas de produção, na questão do uso da água, mas é preciso avançar no melhor aproveitamento dessa água da chuva. O melhor aproveitamento quer dizer um trabalho certo para que essa água infiltre melhor no solo, que tenhamos uma infiltração e uma condição de melhor recarga das nascentes, dos cursos d'água e isso só será possível se tivermos ou as unidades de conservação ou a agricultura, porque na cidade, nos parcelamentos irregulares é muito difícil. Ressaltou que é necessário que o produtor esteja em condições de produzir para que haja uma parceria da função ambiental da propriedade rural. Um ponto importante levantado pelo Genésio que tem sido bastante debatido dentro do Comitê da Bacia do Preto, mas que essa discussão ela está restrita, ainda, é a questão de preservação. No plano que será apresentado se coloca alguma coisa em termos de preservação da propriedade, mas talvez, ainda, de uma forma que tem de ser mais bem estruturada. Tanto a ADASA quanto a EMBRAPA tem colocado isso um debate sobre a reservação de água, logicamente com critérios técnicos. Precisamos romper com algumas questões de construção de barragem, sempre com critérios técnicos e observando a questão ambiental, mas não podemos nos furtar dessa discussão e pensando numa questão mais estruturante, que a gente possa ter até uma regularização de vazão nos cursos d'água com uma melhor condição para a produção agropecuária. A Conselheira **Regina (FORUM ONGs)** disse que esta questão de reportar exclusivamente a carência de chuva é uma fala que não cabe mais. Hoje temos informações que de fato conduzem a um olhar sistêmico sobre essa questão dessa problemática da água. Citou um filósofo Paulista que diz “pode-se mudar uma cidade, mas não se muda um poço”. Esclareceu para o Sr. Genésio que honra profundamente a produção agrícola e o produtor agrícola. Agora uma coisa é o produtor rural que essa relação de colocar o alimento na nossa mesa a outra coisa é o produtor rural plantando o deserto. Como a gente sabe que a água dialoga no planeta inteiro, que a chuva que chove aqui vem lá da Amazônia, então temos que pensar sistemicamente. É esse o seu convite é que a gente comece a pensar não apenas olhando para demanda humana, mas que a gente possa pensar sistemicamente as demandas da vida e nós como parte da vida. A seguir o **presidente** anunciou a presença do senhor governador e do secretário da Casa Civil Sérgio Sampaio. O **presidente** fez uma breve síntese do que foi discutido na reunião e ressaltou que a pauta principal hoje é apresentação do plano de governo do enfrentamento da crise que foi também uma das recomendações feitas por este conselho no final do ano passado com a proposta de criação de uma instância no âmbito do governo para coordenação das ações de governo e também a sistematização desse plano. E agradeceu ao governador por ter aceito a proposta de fazer essa reunião hoje aqui e demonstrar que o conselho de recursos hídricos é um espaço muito importante para todos nós, não só para buscar transparência, não só para nivelamento de informações, não só para debate mas também para apresentação de crítica, de sugestões e recomendações, inclusive, como algumas que a gente acolheu e está recebendo ao longo dessas sete reuniões plenárias em que o tema o enfrentamento da crise hídrica entra como pauta importante. Passou a palavra ao governador **Rodrigo Rollemberg**, que após cumprimentar as autoridades presentes e aos representantes de instituições e entidades da sociedade civil, componentes do conselho de recursos hídricos, lembrou que esse é um momento muito importante e desafiador da civilidade em Brasília, da nossa capacidade de como sociedade nos unirmos para superar o momento mais difícil do ponto de vista ambiental que vivemos desde a inauguração de Brasília. Usou uma metáfora de que estamos todos no mesmo barco e se não houver a água ninguém vai navegar. É muito importante que todos tenham consciência disso e nós possamos rever procedimentos, rever culturas para que a gente possa enfrentar de forma vitoriosa esse fenômeno e que a nossa sociedade possa ser melhor. Que a gente possa legar para as futuras gerações uma cidade melhor e com um nível de consciência maior que a que temos hoje. É

claro que esse momento que estamos vivendo é fruto de um acúmulo de erros onde omissões vem de longos anos e ao mesmo tempo de procedimentos que se tornaram comuns no ambiente de muita abundância e as pessoas achavam que podiam utilizar a água de forma desmedida e que jamais esse bem tão precioso, que se confunde com a própria vida, poderia faltar. Salientou que o que estamos vendo no Distrito Federal, de alguns anos para cá, não apenas na questão hídrica e fez um paralelo com a questão financeira do Distrito Federal talvez em função da abundância de recursos do fundo constitucional os governos foram dando benefícios e mais benefícios sem ter uma preocupação com o futuro e que a gente percebeu é uma insustentabilidade da economia e que fomos obrigados a tomar medidas drásticas para poder promover o equilíbrio econômico e financeiro do DF, fundamental para garantir a prestação de serviço. A mesma coisa em relação a água. Embora os especialistas já venham alertando a algum tempo da possibilidade da falta de água em algum momento da vida, em Brasília, a maior parte das pessoas não se conscientizaram disso e o fato é que os hábitos também da população de Brasília, de uma forma geral, nos leva a utilizar o volume de água muito superior ao que realmente a gente necessita para ter uma vida com a mesma qualidade com a que temos hoje. É claro que isso pode vir a comprometer a qualidade de vida no futuro. A seguir apresentou um pouco do seu diagnóstico como Governador e como uma pessoa muito vinculada à área, pois atuou, quando parlamentar, na qualidade de Deputado Distrital, Deputado Federal e Senador na defesa da água. Citou por exemplo a construção da lei das águas, hoje em vigor, no Distrito Federal. O primeiro comitê de bacia hidrográfica surgiu a partir de uma articulação dentro do nosso gabinete. O Paulo Salles foi o primeiro presidente do Comitê de Bacia do Paranoá e coincidir exatamente no momento em que nós somos governo que essa crise hídrica se abate sobre o Distrito Federal. Nos últimos dois anos tivemos, pela primeira vez, segundo INMET, dois anos seguidos com volume de chuvas muito abaixo da média histórica. Neste ano estamos até nesse momento com 30% a menos do que choveu no mesmo período no ano passado, que como disse choveu abaixo da média histórica. No entanto, no ano passado no dia 9 de março estávamos com 100% da capacidade na barragem do Descoberto e nesse momento estamos com 43,5% depois de ter tomado medidas duras de redução da vazão e também de medidas em relação aos agricultores da região buscando aumentar o volume de água que chega na barragem do Descoberto. Falou das providências que já estão sendo tomadas desde o início do governo, que sempre teve a preocupação estrutural com essa questão do abastecimento da água. Citou como exemplo o combate à grilagem e a ocupação irregular do solo, mencionando o impacto que a ocupação irregular do solo tem na questão das águas, não apenas pelo viés da destruição de Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Proteção Permanente, Áreas de Reserva Legal, Veredas etc, além disso, tem o problema do furto da água clandestina provocando vazamentos e conseqüente perda de água. Que está em discussão junto ao Ministério Público um decreto no sentido de promover a cobrança dessas ocupações irregulares, sem direito de posse, mas para evitar o desperdício e os vazamentos em função da obrigatoriedade de pagamento. Esse é o primeiro chamamento que fazemos à sociedade Brasiliense, aqui representada, para que isso possa chegar às lideranças comunitárias aos seguimentos produtivos aos sindicatos, às representações comunitárias, às igrejas de que a ocupação ordenada do solo não é um capricho é uma necessidade é uma garantia da preservação da qualidade de vida das futuras gerações. E as vezes o governo se vê sozinho nesse enfrentamento e com um custo político elevado. Outra questão que precisa ser discutida com muita franqueza, sabendo da importância do meio rural do Distrito Federal. A preservação do meio rural no DF ela é uma condição indispensável para a manutenção da qualidade de vida da nossa cidade. E para garantir a preservação da qualidade de vida nas cidades temos que ter as condições de geração de renda de infraestrutura básica do meio rural para que a vida no meio rural, a atividade no meio rural possa compensar. E nesse sentido é muito importante também que a gente possa mobilizar todos os recursos da Ciência, da tecnologia, da assistência técnica, da extensão

Rural. Aproveitou o ensejo para cumprimentar o trabalho que a SEAGRI e EMATER vêm fazendo no sentido de conscientizar os agricultores da necessidade de substituir métodos que foram utilizados há muito tempo e que produzem um desperdício muito grande de água, uso excessivo e desnecessário de água por métodos muito mais eficiente, eficazes e sustentáveis da utilização d'água. Outra questão estamos realizando uma grande mobilização do ponto de vista da educação ambiental. É muito importante que uma nova cultura e novos valores que seja incorporado nas escolas, permanentemente, no currículo escolar. Tem convicção da importância das Crianças na transformação dessa mentalidade. E todos nós podemos nos nossos atos melhorar muito tornar muito mais eficiente e reduzir o consumo de água no esforço coletivo. Também a mobilização social das igrejas, das associações comunitárias. Esse debate tem que permear e sem apontar culpados até porque essa culpa é histórica ela não tem uma causa, tem várias causas, vários períodos históricos diferentes, vários governos diferentes. O que nós temos é que nos unir para buscar soluções para os problemas. Também a questão dos investimentos disse que o início do seu governo teve essa preocupação, no ambiente de muita dificuldade econômica, de identificar onde iríamos priorizar os investimentos priorizarmos nessa área de infraestrutura urbana e da infraestrutura de redes de esgoto, tratamento de esgoto, captação e tratamento de água. Dos investimentos que estão sendo feitos no DF, quase dois terços, de alguma forma tem a ver com a questão da água. Está sendo feita toda infraestrutura do Sol Nascente, com rede de esgoto, de águas pluviais, pavimentação e bacias de contenção. Também em Vicente Pires que é fundamental para abastecimento, para a qualidade da água do lago Paranoá. O mesmo está sendo feito no Porto Rico, Buritizinho, Bernardo Sayão. Está liberando recursos para fazer no Pôr do Sol. Será inaugurada este mês a Estação de Tratamento de Esgoto de Águas Lindas/GO. Toda a rede de esgoto de Águas Linda, e a ETA que é mais moderna do Brasil foi feita pela Caesb com recursos do Governo do Distrito Federal. Isso vai garantir a qualidade da água da barragem do Descoberto. Está sendo feita ETA e as adutoras de Corumbá, a ETA do sistema Torto/Bananal e vai entrar em operação ainda esse ano e contribuir para amenizar o problema de captação de água. Foi feita a licitação e a contratação da Captação do Lago Paranoá, uma obra de grande porte, vai demorar em torno de quatro anos para ser realizada. Também a captação de menor porte o Crispim no Gama. A Captação emergencial do Lago já está adiantando todos os projetos de captação foram feitos. Também um conjunto de ações na bacia do Descoberto já com recursos próprios da SEAGRI, entubando vários canais e com isso reduzindo a infiltração a evaporação e buscando com isso promover uma entrada maior um volume maior de água na bacia do Descoberto. A ADASA também já contratou ou está contratando para fazer o mesmo encanamento no canal do rodeador, de grande importância para os agricultores daquela região. Está sendo feito trabalho de recuperação de renascentes, plantio de mudas naquela região. Falou da importância de buscar o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e agradeceu a EMBRAPA pelo papel que vem desempenhando e ajudando no sentido de que possamos desenvolver e utilizar as tecnologias mais avançadas, seja do ponto de vista do uso racional da água, seja da redução do desperdício, enfim todas as tecnologias que possam garantir um melhor enfrentamento desta questão. Também a questão do Zoneamento Ecológico Econômico que está em debate com a sociedade, é um tema complexo, que precisa de um debate aprofundado, um instrumento sem dúvida importante. Enfim um conjunto de ações que o governo vem tomando, desde o primeiro mês de governo, com o objetivo de garantir sustentabilidade ao Distrito Federal, especialmente no que se refere a abastecimento de água rápido. Repetiu que esse é o desafio que qualquer governo sozinho não dará conta de enfrentar, esse é um desafio da sociedade Brasileira, é um desafio da comunidade acadêmica, do setor produtivo, das lideranças comunitárias, do governo, enfim todos nós temos que nos dar as mãos e pensar alternativas juntos e construir alternativas juntos e realizar alternativas juntos para enfrentar esse problema. Terminou com uma palavra de otimismo: “Eu tenho muita confiança na capacidade de organização, de

mobilização, de realização da população Brasiliense e de que nós sairemos maiores e melhores depois de enfrentar essa crise hídrica, muito obrigado”. O Secretário da **Casa Civil, Sérgio Sampaio**, falou do Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica, nós buscamos com esse plano foi fazer uma integração das diversas ações, um melhor planejamento dessas ações com a cooperação de diversos órgãos e por isso estendendo o poder do estado de atuação na medida que trabalhamos da maneira integrada e com isso esperamos fixar algumas metas para ver exatamente como lidar melhor com essa situação. Sob a coordenação da Raquel o Escritório de Projeto que trabalhamos na elaboração desse plano e vamos apresentar um extrato para o conhecimento de todos o que é mais relevante nesse plano. Destacou a resposta de todos ao chamado efetivo de todos vocês que resultou na elaboração deste trabalho. A partir daí teremos como metodologia de trabalho como uma governança para aferir os resultados desse plano no dia a dia o plano mais operacional contaremos com a Subsecretaria da Casa Civil que vai interagir no dia a dia com todos os órgãos no sentido de tornar todas essas ações mais fáceis de serem empreendidas buscando uma melhor coordenação no dia a dia e, portanto está à frente fazendo esse acompanhamento operacional. Foi criado um comitê que vai fazer num plano mais estratégico e gerencial uma avaliação dessas medidas que estão sendo tomadas, um acompanhamento sistemático do que o plano nos legou e com isso dá respostas efetivas e conseguir enfrentar essa situação. Disse que o plano contempla uma série de vertentes de enfrentamento dessa crise e esperamos com isso deixar esse legado para que gerações futuras tenham outro tratamento com relação à questão da água. Pretendemos a apresentar hoje a sociedade queremos ouvir o segmento da sociedade organizada que se preocupa com o tema e tem as competências para discutir com o Distrito Federal, mas não só esses organizados como toda a sociedade. Então é isso que fazendo hoje apresentando aqui e permeáveis ao debate, dispostos a discutir com todos e receber sugestões, não achamos que como governo temos a primazia da verdade e esse conselho é o fórum em que nós reconhecemos uma qualificação para que seja um fórum de debate privilegiado no enfrentamento dessa grave crise que estamos atravessando. A seguir solicitou a Raquel que procedesse com a apresentação. Antes de passar a palavra a Sra Raquel o **presidente André Lima** elogiou o Secretário Sérgio Sampaio por ter uma sensibilidade muito grande em relação aos temas ambientais e isso tem auxiliado bastante nosso trabalho aqui no governo de Brasília e agradeceu pela qualidade de suas intervenções e pela importância que tem dado a esses assuntos dentro do governo. **Raquel (Casa Civil)** fez uma apresentação conceitual do plano **a saber**: órgãos participantes; as premissas abordadas: ações que serão deflagradas nos primeiros 180 dias da crise, tanto ações emergenciais como estruturais; minimizar a redundância de atuações com base na natureza de ações: integrar o conjunto de órgãos em ações de fiscalizações coordenadas; Com relação à ação de educação: congregar todas as iniciativas dos órgãos que têm iniciativas de educação e congregar essas iniciativas sob a coordenação da Secretaria de Educação para levar de uma maneira mais consistente e pedagogicamente mais adequada para escolas. Lembrou que também a SEAGRI tem ações de educação junto com a EMATER diretamente na área rural. Ressaltou que a colaboração entre órgãos é nesse sentido de uma ação conjunta e complementar. Utilização de recursos financeiros já existentes e de dedicação de recursos a captar, temos obras de infraestrutura que vão demandar captação de recursos; estabelecimento de indicadores e metas para avaliação de resultados com todas as ações associadas a indicadores para mensurar o desempenho, indicadores que serão coletados nos próximos dois anos. Esse trabalho foi todo feito por meio das equipes técnicas, um trabalho presencial em reuniões e também levantamento de dados. A metodologia adotada foi uma análise de cenários como avaliação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que nos levou a estabelecer algumas dimensões para enfrentamento da crise. Essas dimensões serão detalhadas logo em seguida. A partir do estabelecimento dessas dimensões são perspectivas de enfrentamento foram determinados alguns objetivos e indicadores para mensuração desses objetivos. Isso redundou num quadro de atividades

integradas que elenca diversas ações e planos operacionais; as dimensões de enfrentamento: em termos de fiscalização foram definidos dez objetivos com quatorze ações integradas de fiscalização; na área de infraestrutura foram definidos três objetivos com nove ações integradas de infraestrutura; na área de educação foram definidos sete objetivos, com oito ações integradas. Em termos de regulação dois objetivos definidos e a ADASA titula essa dimensão. Encerrou a apresentação dizendo que o conceito do plano são essas quatro áreas de integração. A seguir cada instituição apresentou como será deflagrada as suas ações. Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. André Lima/Presidente.